



**Conselho Municipal de Educação
de Loures**

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA - MANDATO 2021/2025
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LOURES

No dia 1 de julho de 2025, pelas 18 horas e 16 minutos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu início à 8.ª Reunião Ordinária do Mandato 2021/2025 do Conselho Municipal de Educação de Loures (CMEL), que teve lugar no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, com as seguintes presenças registadas na folha de presenças anexa:

Presidência do CMEL:

- Ricardo Leão

Conselheiros:

- Jorge Moço
- Ricardo Marques Dias
- M^a Lurdes Costa
- Rui Rebelo
- Margarida Oliveira
- Marta Mouro
- Maria de Fátima Manuel
- Pedro de Neto Almeida
- Fernanda Marques
- Ivo Cardoso
- Irene Louro
- João Carvalho
- Nuno Correia
- Cristina Marques

- Carla Maria Pimentel Luz
- Magda Almeida
- João Moraes
- Teresa Graça
- Paula dos Reis Narciso Lino
- Octávio José da Silva Inácio
- Alzira Batista
- Maria Gabriela Alves
- Isabel Caroço
- Maria Dulce da Silva Duarte
- Ana Margarida de Almeida Rebelo

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - Tomada de posse

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures deu posse à Sr.^a Representante do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Camarate, Paula dos Reis Narciso Lino.


Ponto 2 – Aprovação da Ata da 7.ª Reunião Ordinária do Mandato 2021-2025

A ata da 7.ª Reunião Ordinária do Mandato 2021-2025, previamente remetida por e-mail para todos os conselheiros, foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião (em anexo).

Ponto 3 - Normas do Serviço de Apoio à Família – Ano Letivo 2025/2026

O Chefe da Divisão de Ação Social Escolar da Câmara Municipal de Loures, Pedro Fonseca, apresentou o documento “Normas da Ação Social Escolar para o ano letivo 2025/2026”, com especial destaque para o Serviço de Apoio à Família, previamente enviado aos conselheiros (apresentação em anexo).

Foi salientada a ampliação da medida de isenção do pagamento das refeições escolares (almoço) a todos os alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário enquadrados no 2.º escalão do abono de família (Escalão B), abrangendo assim todos os ciclos de ensino.



Foi atribuído, por unanimidade dos presentes, parecer favorável à proposta de “Normas da Ação Social Escolar para o ano letivo 2025/2026”, que inclui o Serviço de Apoio à Família, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Ponto 4 - Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2025/2026

A Câmara Municipal de Loures, através do Chefe da Divisão de Ação Social Escolar, Pedro Fonseca, apresentou o documento “Normas da Ação Social Escolar para o ano letivo 2025/2026”, que inclui o Plano de Transportes Escolares, previamente remetido aos Srs. Conselheiros (apresentação em anexo).

Foi atribuído, por unanimidade dos presentes, parecer favorável à proposta de “Normas da Ação Social Escolar para o ano letivo 2025/2026”, que inclui o Plano de Transportes Escolares, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Seguiram-se intervenções:

- O Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, agradeceu o empenho da Câmara Municipal e do Departamento de Educação na melhoria dos apoios às famílias, sublinhando a importância da continuidade das políticas implementadas em parceria com as associações de pais.
- A Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Margarida Oliveira, alertou para a persistência de dívidas por parte das famílias no pagamento da comparticipação do prolongamento de horário, apontando um valor acumulado de cerca de 4.000 € no ano letivo em curso, a que acrescem dívidas de anos anteriores entre 2.000 € e 3.000 €.

O Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Leão:

- Agradeceu o contributo de todos os membros do grupo de trabalho envolvido na elaboração das normas;
- Assegurou que a evolução das medidas de apoio será gradual e sustentada, com monitorização contínua, nomeadamente da medida de isenção para o Escalão B;
- Reconheceu a gravidade da situação de dívidas familiares, também existente entre beneficiários do Escalão C;
- Reiterou que, de acordo com o regulamento municipal – um dos poucos no país a prever expressamente tal garantia – nenhuma criança ficará privada de refeição;
- Informou que estão a ser desenvolvidos mecanismos de recuperação coerciva da dívida, em articulação com a Autoridade Tributária, com salvaguarda dos direitos fundamentais das crianças.

Ponto 5 - Relatório de Atividades 2024 da CPCJ de Loures - Apresentação

O Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loures, Hugo Gonçalves, apresentou o Relatório de Atividades de 2024 da sua instituição (apresentação em anexo).

Os dados apresentados não são animadores. A situação das crianças, quer no Concelho de Loures, quer a nível nacional, tem vindo a agravar-se, com um crescimento anual na ordem dos 5 a 8%. Por outro lado, foi igualmente referido que também temos hoje mais crianças sinalizadas porque as entidades se encontram mais capacitadas, sensibilizadas e atentas às problemáticas. Este facto traduz-se numa maior capacidade de sinalização e de intervenção.

O Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loures, Hugo Gonçalves, deixou um agradecimento especial às direções dos agrupamentos de escolas do Concelho, às coordenações de estabelecimento e às equipas multidisciplinares, pelo excelente trabalho desenvolvido, tanto na sinalização como no acompanhamento dos casos de perigo. O trabalho de proximidade tem sido um fator determinante para a eficácia da intervenção.

Agradeceu todo o apoio prestado pelo Município, nomeadamente:

- A mudança de instalações da CPCJ, que permitiu duplicar o número de salas de atendimento (de 2 para 4);
- A participação financiada pela Câmara Municipal dos técnicos da CPCJ na formação avançada em proteção de crianças;
- A articulação com o “Espaço + Família” para apoio psicológico às crianças e às famílias;

Referiu que, apesar dos esforços, cada técnico da CPCJ de Loures acompanha atualmente cerca de 90 crianças, quando o protocolo recomenda 45. Apelou, nesse sentido, ao reforço da equipa técnica, de modo a garantir:

- Melhor diagnóstico e fundamentação das medidas aplicadas;
- Intervenção mais eficaz e célere;
- Maior sustentabilidade das respostas sociais.

Alertou ainda para a necessidade urgente de uma viatura afeta à CPCJ de Loures, dado que, embora o Município tenha respondido positivamente sempre que houve solicitação de viaturas com a devida antecedência, há situações que requerem resposta imediata — como, por exemplo, o transporte de uma criança agredida para o hospital — que não permitem esse planeamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão:

- Confirmou que a necessidade de uma viatura já havia sido identificada e que será encontrada uma solução;
- Reforçou o papel de todos os agentes – Município, escolas, forças de segurança, entre outros – no acompanhamento das crianças;
- Reconheceu mudanças positivas nos últimos dois anos, com abordagens mais integradas;
- Alertou para o crescimento de casos em determinadas freguesias, tema a incluir na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança.

A Representante das Instituições Particulares de solidariedade Social, Margarida Oliveira, deu nota da produção de um vídeo de sensibilização promovido no âmbito da Comissão Alargada da CPCJ e do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, com participação de várias IPSS. Sugeriu a sua exibição numa futura reunião do CMEL para possível divulgação nas escolas. O Senhor Presidente manifestou total disponibilidade para acolher a proposta.

Ponto 6 - Outros Assuntos

O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, informou que tinha estado reunido, em Coimbra, com a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo abordado a questão dos avisos de candidatura do Governo relativamente às restantes escolas EB 2/3 e secundárias incluídas no grupo das 500 escolas a intervencionar.

Informou que, segundo as diligências efetuadas junto do Ministério da Coesão Territorial, está tudo preparado para o lançamento dos avisos, prevendo-se que ocorra entre setembro e outubro. Esclareceu que o financiamento será efetuado através do Banco Europeu de Investimento, dado que o Plano de Recuperação e Resiliência já não contempla financiamento para este tipo de obras. Indicou que as escolas Maria Veleda e Gaspar Correia já se encontram em obra, fora da atual situação de indefinição.

Alertou que sobrou verba no PRR da área da educação, principalmente na região Norte, devido a pareceres do Tribunal de Contas que condicionaram a execução de obras cuja conclusão ultrapassaria ligeiramente junho de 2026 — prazo limite de execução de obras com financiamento PRR. Muitas autarquias com projetos prontos ficaram impossibilitadas de avançar. No caso de Loures, o Município investiu recursos próprios para garantir o avanço de projetos em fase de maturidade, num montante superior a um milhão de euros, com o objetivo de estar preparado para responder imediatamente aos novos avisos.

Referiu ainda que não se prevê o alargamento da lista de escolas, considerando que a lista resultou de um trabalho criterioso dos municípios, não devendo ser reaberto novo processo em ano eleitoral, o que apenas contribuiria para atrasos.

Por fim, agradeceu o envolvimento das direções escolares e associações de pais, destacando que, além das grandes intervenções estruturais, foi solicitado um levantamento de pequenas intervenções (pinturas, reparações pontuais) a realizar durante a interrupção letiva de verão, para melhoria do funcionamento do parque escolar.

O Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, solicitou esclarecimentos sobre o destino dos milhões de euros que sobraram do PRR, bem como se seria ainda possível incluir pequenas reparações identificadas pelas associações de pais que eventualmente não constassem da lista inicialmente recolhida.

O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, confirmou que foi feito um levantamento geral de necessidades de pequenas intervenções, totalizando cerca de 600 mil euros, e que essa informação foi reunida pelo Diretor Municipal e informou que o Departamento de Educação irá partilhar essa informação, com as Associações de Pais das escolas intervencionadas, através dos canais existentes. Relativamente ao PRR, esclareceu que não compete à Câmara a gestão ou reprogramação dessas verbas, remetendo para as entidades competentes.

O Diretor Municipal, António Marcelino, explicou que:

- Estão a decorrer intervenções em duas frentes: nos agrupamentos (no âmbito da transferência de competências) e nas escolas do 1.º ciclo;
- Apenas uma situação relacionada com contratação pública carece ainda de resolução;
- Estão previstas intervenções no Catujal durante julho/agosto, sem afetar o início do ano letivo;
- Confirmou que novas necessidades podem ser remetidas, desde que respeitados os prazos legais.

O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, aproveitou a ocasião para expressar publicamente o seu reconhecimento e gratidão pelo trabalho relevante desenvolvido pelo Professor João Carvalho, Diretor do Agrupamento de Escolas Catujal-Unhos, e pela Professora Marilisa Cambraia, Diretora do Agrupamento de Escolas de Camarate – D. Nuno Álvares Pereira, ambos prestes a cessar funções, respetivamente por conclusão do limite legal de mandatos e por aposentação. Sublinhou o importante serviço público prestado à comunidade educativa do Concelho e o valioso contributo de ambos para a afirmação de uma escola pública de qualidade.

O Diretor Municipal, António Marcelino, referiu que foi realizado um levantamento exaustivo junto dos agrupamentos e coordenadores, permitindo evitar duplicações e melhorar o planeamento.

O Presidente, Ricardo Leão, concluiu reafirmando os desafios associados à contratação pública, nomeadamente a impossibilidade de escolher empreiteiros, o que impacta negativamente os prazos e a qualidade das obras, contrastando com o setor privado.

O Diretor do Agrupamento de Escolas Catujal-Unhos, João Carvalho, agradeceu as palavras de reconhecimento, recordando os 16 anos de participação no Conselho Municipal de Educação. Expressou gratidão por todo o apoio e colaboração recebidos, referindo que continuará disponível para colaborar com a nova Direção do Agrupamento de Escolas do Catujal-Unhos.

Eram 19 horas e 15 minutos quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, declarou encerrada a Reunião.

O Sr. Presidente do CMEL



Ricardo Leão

Loures, 1 de julho de 2025